

MARANHÃO, UM PEDACINHO DO NORDESTE SOFRENDO COM O ANALFABETISMO: Como mudar esse quadro?

**MARANHÃO, A LITTLE PIECE OF THE NORTHEAST SUFFERING FROM
ILLITERACY: How to change this framework?**

Márcia Lima Fernandes Santos

GRADUADA NO CURSO DE PEDAGOGIA DO CENTRO UNIVERSITÁRIO SÃO JOSÉ

Prof.^a Ma. Solange Brito de Azevedo

MESTRE EM EDUCAÇÃO (UFRJ); PÓS-GRADUADA EM EAD, GESTÃO EDUCACIONA E EDUCAÇÃO ARTÍSTICA; GRADUADA EM PEDAGOGIA; AVALIADORA DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO E INSTITUIÇÕES DO ENSINO SUPERIOR DO MEC/INEP E DOCENTE NO CURSO DE PEDAGOGIA - ESCOLA DE EDUCAÇÃO NO CENTRO UNIVERSITÁRIO SÃO JOSÉ RIO DE JANEIRO, BRASIL.

RESUMO

O presente trabalho mostra a preocupação com o índice de analfabetos no Estado do Maranhão. Busca analisar e compreender as causas dessa taxa alta de analfabetismo que envolve esse Estado, assim como propor medidas efetivas para alcançar o maior número possível de alfabetizados em todo território maranhense. Baseando-se em pesquisas bibliográficas, foi possível perceber que falta um olhar diferenciado por parte do poder público para os resultados obtidos no processo de alfabetização com esse pedacinho do Nordeste que é o Estado do Maranhão, assim como a falta de implementação de políticas públicas voltadas para esse público que atenda não somente no âmbito educacional, mas o indivíduo de forma integral, dando condições para que permaneçam no espaço escolar, ou seja, fica notório que é possível minimizar ou até mesmo erradicar o analfabetismo no Maranhão partindo de investimentos e ações concretas dos governantes.

Palavras-chave: alfabetização – Maranhão – políticas públicas

ABSTRACT

The present work shows the concern with the illiteracy rate in the State of Maranhão. It seeks to analyze and understand the causes of this high rate of illiteracy that involves this State, as well as to propose effective measures to reach the largest possible number of illiterate people throughout Maranhão. Based on bibliographic research, it was possible to perceive that there is a lack of a differentiated look on the part of the public power for the results obtained in the literacy process with this little piece of the Northeast that is the State of Maranhão, as well as the lack of implementation of public policies aimed at for this public that serves not only in the educational field, but the individual in an integral way, providing conditions for them to remain in the school space, that is, it is clear that it is possible to minimize or even eradicate illiteracy in Maranhão starting from investments and concrete actions of the rulers.

Keywords: literacy – Maranhão – public policies

INTRODUÇÃO

No atual cenário da educação, com a informação sendo compartilhada em tempo real, é preciso uma visão amplificada das necessidades e dificuldades para se obter medidas no combate tanto ao analfabetismo quanto a demanda da educação de forma a abranger o maior número possível de contemplados com o acesso ao processo educacional.

O presente Artigo reflete, a título de exemplo dessas necessidades e dificuldades no combate ao analfabetismo, o Estado do Maranhão, visto como um “pedacinho do Nordeste” passando por essa etapa da história escolar; onde o descaso com a educação, especialmente na alfabetização, demonstra sua face mais assustadora que, lamentavelmente, também se estende por outras regiões do Brasil.

As perguntas norteadoras desse Artigo são: o que pode ser feito e quais resultados podem ser esperados com as medidas a serem tomadas no Estado do Maranhão quanto ao aumento no índice da alfabetização? Através de incentivos e atitudes efetivas é possível enxergar além das dificuldades e se chegar a resultados práticos e eficientes que traduzam uma resposta efetiva a esses problemas?

O Objetivo Geral do presente Artigo é pesquisar medidas objetivas que combatam o analfabetismo e tragam uma resposta efetiva na desigualdade econômica e educacional no Estado do Maranhão. Enquanto os Objetivos Específicos são: apresentar as causas do analfabetismo no Estado do Maranhão; identificar o público alvo do analfabetismo desse Estado; investigar propostas e ações para o aumento da alfabetização e sugerir atividades como medidas de combate ao analfabetismo no Estado do Maranhão.

A justificativa para o tema escolhido foi entender sobre o alto índice de analfabetismo na região Nordeste e, em especial no Estado do Maranhão, de acordo com dados apresentados em documentos, essa pesquisa visará desenvolver estudos e obter sugestões de estratégias sugeridas que amenizem o analfabetismo nesse Estado para que possa ser reflexo nessa região onde a população já é tão sofrida. É inaceitável que em pleno século XXI país ainda lute pelo básico, por aquilo que é direito de todos; a educação. Dificultando à pessoas o privilégio de almejar um futuro melhor e de qualidade. Quanto menor o nível de instrução, menor é a possibilidade de se obter sucesso na vida profissional e social.

A relevância do tema apresentado está voltada à preocupação com o índice de analfabetos no Estado do Maranhão, tendo em vista ser alto, excluindo grande parte da população quanto aos avanços sociais e desenvolvimento de ideias transformadoras que quando expostas, escutadas e respeitadas servem como princípios básicos para uma educação significativa e transformadora. Serão investigadas propostas e ações que auxiliarão na condição do aumento no índice de alfabetizados apresentado no Estado do Maranhão, o qual será visto e ganhará o codinome nesse trabalho de pesquisa de um “pedacinho do Nordeste”; grande em suas riquezas naturais e aberto às necessidades de transformações na educação em relação à necessidade no aumento da taxa de alfabetização.

A metodologia usada é de uma pesquisa documental sob uma visão quanti-qualitativa, com a finalidade de analisar dados estatísticos sobre o analfabetismo no Estado do Maranhão nos últimos 05 (cinco) anos, através de pesquisas já realizadas e análises documentais. Os dados coletados serão compilados e comparados buscando análise crítica na comparação dos resultados.

É preciso refletir sobre as causas e indicadores que corroboram para esse quadro de deficiência na alfabetização no Estado do Maranhão, bem como estimular estratégias que combatam o problema atentando-se aos prejuízos causados a esse Estado. A pesquisa exposta nesse Artigo poderá servir de subsídio para que outras regiões e Estados brasileiros com baixo índice de aproveitamento na alfabetização possam implementar novas ações que colaborem no êxito educacional da população.

Serviram como base do estudo proposto os seguintes autores e suas linhas de pensamentos que se apresentam voltados ao tema e aos objetivos desta pesquisa, assim como alguns documentos norteadores do presente tema: O escritor Rolim Filho (2017) que apresenta um estudo de caso com o Maranhão no livro: “Maranhão: de província mais rica a estado mais miserável”; DOCUMENTO CURRICULAR DO TERRITÓRIO MARANHENSE (DCTMA): aprovado pela Resolução do Conselho Estadual de Educação, Nº 285, de 27 de dezembro de 2018, que é atualmente a referência para Implantação da Base Nacional Comum Curricular para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental do Estado do Maranhão.; o PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DO MARANHÃO - PEE (2014): Documento que retrata a proposta educacional nesse Estado; a obra de DJALMA MARANHÃO: Escritor do livro “De pé no chão também se aprende a ler.”; o documento MEC/SEF/FUNDESCOLA, 2000 – O que saber quem alfabetiza, entre outros autores e documentos que serão citados e vistos como apoio de base no desenvolvimento da pesquisa.

Apesar de atualmente o Maranhão ser considerado um dos estados mais pobres do país, esse lugar já vivenciou momentos de muitas riquezas até chegar ao fracasso no âmbito econômico e, conseqüentemente, o descaso com a

educação. Rolim Filho (2017) citou em sua obra “Maranhão: de província mais rica a estado mais miserável” para analisar e explicar a seguinte questão:

O Estado da Federação com menor renda per capita, mas que já fora, outrora, uma das províncias mais ricas do Brasil, com maior arrecadação de impostos (atrás apenas da capital, Rio de Janeiro) e de maior renda per capita durante o Brasil Colônia e Império.

ROLIM (2017, p.41)

Vale destacar que o Estado do Maranhão como celeiro de grandes intelectuais e escritores, também é berço do renomado músico e compositor João do Vale citado pelo referido autor, que tem em suas letras características de sua região retratando a beleza e a pobreza de um povo sofrido, mas que não desiste de lutar.

“Meu nome é João Batista Vale. Pobre no Maranhão é Batista ou Ribamar... eu saí Batista. Tenho 230 músicas gravadas, fora as que vendi. Minhas músicas são muito parecidas comigo, com minha região, com meu povo. Mas as músicas que fiz com mais alma são desconhecidas. **Minha terra tem muita coisa engraçada, mas o que tem mais é muito sacrifício pra gente viver.**”

ROLIM (2017, p.55)

É possível identificar vestígios de um passado glorioso, que pode ser comprovado pelos belíssimos casarões e museus que se encontram no centro histórico da capital São Luís. Um local onde cada detalhe transborda cultura, mas, infelizmente, hoje no estado se concentra um dos maiores índices de analfabetos no país.

Existe um entendimento amplo de que o “analfabetismo” se caracteriza pela falta de instrução formal e a ligação direta entre não saber ler e escrever, assim, especificamente na educação, esse cenário se traduz como a total “ignorância” e falta de instrução. Nesse contexto o estado do Maranhão ocupa a ingrata posição de 4ª maior taxa de analfabetismo do país, contabilizando 16,6% da população maranhense de 25 anos ou mais de idade. Levando em consideração a pesquisa, de modo geral, o analfabetismo está completamente ligado a idade, classe social e região habitada pela população. (IBGE – 2017).

Considerando os desafios da presente pesquisa sobre o analfabetismo no Nordeste/Maranhão, é válido destacar o resultado obtido com o Documento Curricular do Território Maranhense (DCTMA) de dezembro de 2018, que demonstra através de dados e números as desigualdades e dificuldades encontradas na educação.

O Maranhão é o segundo maior estado em dimensões territoriais da região Nordeste, com uma área de 331.937,450 km², segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2017); possui cinco mesorregiões (norte, centro, leste, oeste e sul maranhense) e 21 microrregiões que agregam os seus 217 municípios. (...) No quesito educação, o IDH considera como um indicador a taxa de analfabetismo no qual, segundo dados recentes, o estado do Maranhão se apresenta como o segundo maior índice do país, com uma taxa de 16,7% (IBGE, 2017), o que corresponde, aproximadamente, a 850.000 analfabetos no estado. Apesar de muitos avanços na área educacional, ainda há muitos desafios a serem enfrentados para aperfeiçoar a qualidade da Educação Básica maranhense.

(DCTMA, 2018, p.10, 11)

Logo, percebe-se a necessidade do avanço nos níveis da alfabetização para que aconteçam resultados de sucesso e futuro promissor na educação do estado maranhense.

O Plano Estadual de Educação (PEE) do Estado do Maranhão- Lei nº 10.099/2014 prevê 22 metas e 315 estratégias a serem cumpridas entre 2014 - 2024, buscando assegurar condições básicas para garantir o êxito dos resultados do processo educacional: a efetivação da aprendizagem escolar; a superação do analfabetismo; a universalização do ensino; além de, entre outros aspectos, elevar os níveis de qualidade da educação.

Em seu artigo 205 a Constituição federal (1988) assegura que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, sendo ofertada uma educação gratuita e de qualidade, direito esse fundamental para a plena formação dos cidadãos. Embora seja um “direito constitucional” a realidade se apresenta de maneira triste e obscura deixando grande parte da sociedade, principalmente os menos favorecidos, a margem de administrações falhas, usurpando esse direito.

O presente trabalho de pesquisa acredita que para mudar é preciso reconstruir toda a prática a partir de um novo paradigma teórico que buscará caminhos que viabilizem essa prática, em especial, na Alfabetização que é vista como a base construtiva dos exercícios de currículos e formações futuras.

De autoria de DJALMA MARANHÃO, o livro “De pé no chão também se aprende a ler.” (1991) aborda os problemas da alfabetização e da democratização da cultura. Voltado à preocupação com os altos índices de analfabetismo, a obra de Maranhão (1991) relata que um povo sem instrução, sem horizontes definidos, sem vontade própria, destituído da capacidade para escolher seus dirigentes, é um povo condenado a perpetuar-se no subdesenvolvimento tão decantado. Retrata uma estatística de frequência à escola que observa como “humilhante para o Brasil”. Maranhão (1991) sinaliza que o nome da campanha que deu origem ao livro lembra Monteiro Lobato (1995), quando em passagem por uma de suas histórias no livro Cidades Mortas, retrata:

Fica no extremo da rua o Grupo Escolar, de modo que a meninada passa repassa à frente da minha janela. Notei que muitas crianças sofriam dos pés, pois traziam um no chão e outro calçado. Perguntei a uma delas: -Que doença de pés é essa? Bicho arruinado? O pequeno baixou a cabeça com acanhamento: depois confessou: __ é “inconomia”.

Compreendi. Como nos grupos não se admitem crianças de pés no chão, inventaram as mães pobres aquela pia fraude. Um pé vai calçado: o outro doente de um imaginário mal crônico, vai descalço. Um par de botinas dura assim por dois. Quando o pé da botina em uso fica estragado, transfere-se a doença de um pé para outro e o pé de botina de reserva entra em função.

MARANHÃO (1991, p.71)

Maranhão (1991, p.72) acrescenta: “Lobato tinha razão. O fundamento era econômico. Por isso, a Prefeitura ia abrir escolas permitindo que os alunos frequentassem as aulas descalças”.

A alfabetização deve, portanto, ser o centro e marco inicial de toda obra de cultura popular, uma vez que não se entende qualquer tipo de cultura que não esteja em evolução, em progresso e a alfabetização de um povo é marco inicial para o seu progresso, as ideias, concepções e teorias que sustentam a prática de qualquer professor, mesmo quando ele não tenha consciência delas.

Quando analisamos a prática pedagógica dos educadores envolvidos, vemos que, por trás de suas ações, há sempre um conjunto de ideias que as orienta. E, é isso que essa pesquisa espera empreender como contribuição ao aumento da taxa de alfabetização no estado do Maranhão.

Para alcançar o sucesso educacional no Maranhão, é preciso sanar muitos problemas existentes em diversos âmbitos da educação, como revela o documento Plano Estadual pela Primeira Infância (PEPI, 2019) que apresenta diversas estratégias juntamente com outros programas para proteger e cuidar da criança da primeira infância, assegurando seus direitos e promovendo políticas públicas que ofereça uma qualidade de vida, e assegure uma educação digna para essas crianças que vivem em situação de pobreza. Ressaltando que as metas previstas pelo presente documento não se concentram unicamente na educação, mas no bem estar como um todo da criança. Porém, a educação se torna prioridade, uma vez que o ambiente escolar como espaço necessita de condições dignas para receber os alunos, como é possível observar a seguir:

Programa Escola Digna, com a construção de escolas de alvenaria, em substituição às frágeis e indignas estruturas de escolas cobertas de palhas e constituídas de paredes de barro, de papelão ou outros materiais improvisados. Além dessas construções escolas foram reformadas, incluindo também as da educação infantil, com formação técnica para professores da rede municipal de educação infantil, na perspectiva de qualificar os processos pedagógicos e o processo ensino aprendizagem no estado, conforme estabelecem as Diretrizes Curriculares da Rede Estadual de Ensino (DCE), que constituem documento normativo para a Educação Básica e tem a finalidade de orientar as escolas na organização, articulação, desenvolvimento e avaliação de seus Projetos Políticos Pedagógicos.

(PEPI, 2019, p.18)

Ainda falando nesse contexto, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017) surge buscando minimizar as desigualdades e procurando oferecer uma educação que atenda às necessidades de forma que o educando independente de classe social, região ou qualquer outra dificuldade tenha equidade no direito de receber o mesmo conteúdo capaz de desenvolver conhecimentos e habilidades comuns, não só nivelando, mas oferecendo um ensino de qualidade.

Numa sociedade onde a informação é veiculada de maneiras diversas, levando em consideração as especificidades de cada região e suas culturas a “distância” entre ensinar e aprender é uma realidade com muitos obstáculos a serem transpassados, entretanto, a Base Nacional Comum Curricular (2017) também tem por objetivo

prover os meios e fornecer ao educador ferramentas que os permitam se aprimorar, aperfeiçoar e atualizarem-se em suas metodologias de ensino, bem como, valorizar o profissional que se doa ao ofício da educação. Desse modo, todo o empenho no convívio do educador e educando visa alcançar resultados significativos que se reflitam no êxito do aprendizado e, conseqüentemente, na transformação do cidadão num indivíduo crítico e pensante.

O ato de alfabetizar requer além de dedicação, doação e atitudes, uma interação do educador e educando a fim de que a troca de saberes seja observada não somente no âmbito escolar, mas na sociabilidade do indivíduo. Assim, a alfabetização proporciona a ambos a experiência de trocas reais de conhecimento na vivência que se refletem no êxito do processo “ensino aprendizagem”, como descreve FREIRE (1996), a seguir:

Este saber necessário ao professor – que ensinar não é transferir conhecimento – não apenas precisa de ser aprendido por eles e pelos educandos nas suas razões de ser – ontológica, política, ética, epistemológica, pedagógica, mas também precisa de ser constantemente testemunhado, vivido.

FREIRE (1996, p. 21)

A educação necessita de um olhar diferenciado, de pessoas que querem mudanças, que priorize o que de fato pode transformar um país. A educação é a única ferramenta capaz de mudar a realidade de uma sociedade, e para isso é preciso investir num ensino de qualidade e ofertar essa educação para todos sem exceção. É fundamental incentivar e oferecer aos educadores uma formação de excelência, proporcionando cursos e vivências na prática.

Na alfabetização é possível notar características peculiares, onde a necessidade do aluno precisa ser analisada levando-se em conta vários fatores, cabendo ao educador vislumbrar na metodologia de ensino aplicada a melhor forma de suprir essa demanda, tornando o processo educacional prazeroso, com atividades que incentivem e estimulem o educando em sua alfabetização.

No Livro Educação e Mudança, FREIRE (1979) relata a peculiaridade da alfabetização em que a relação educador e educando é norteada basicamente pela entrega do aluno ao aprendizado, servindo o docente como mediador da aprendizagem.

A alfabetização não pode se fazer de cima para baixo, nem de fora para dentro, como uma doação ou uma exposição, mas de dentro para fora pelo próprio analfabeto, somente ajustado pelo educador. Esta é a razão pela qual procuramos um método que fosse capaz de fazer instrumento também do educando e não só do educador.

FREIRE (1979, p. 41)

O docente precisa ter sensibilidade de entender o aluno e compreender que todos já trazem uma bagagem e experiências vividas. A alfabetização precisa acontecer valorizando essas vivências e estimulando as competências e habilidades do aprendente.

A educação é o instrumento pelo qual é possível acompanhar as evoluções científicas, tecnológicas e humanas. Entretanto, para que isso aconteça, é necessário um começo e assim se apresenta a alfabetização, que tem como objetivo permitir ao aprendente as transformações que possibilitem o mesmo expor opiniões e se posicionar socialmente, bem como, exercer seus deveres e principalmente, reivindicar seus direitos.

DIFICULDADES E DESAFIOS NA ALFABETIZAÇÃO

Diante dos sérios problemas existentes é notória a grande dificuldade do Estado em levar o ensino para toda população maranhense.

Considerando que o simples ato de ofertar a educação não é o suficiente para resolver a questão do analfabetismo, é necessário ir muito além, desenvolvendo ações que incentivem e estimulem a permanência desses alunos na escola, garantindo que os mesmos não se evadam do ambiente escolar e continuem o seu processo de aprendizagem. De acordo com o Plano Estadual de Educação (PEE) do Estado do Maranhão – (2013, p. 23) existem dificuldades latentes na garantia da universalização e a democratização da educação pública, visto que é um problema histórico e cultural que atinge uma considerável parcela da população excluída da escola por diversos motivos.

O analfabetismo está presente em todo Brasil, porém tendo como sua maior porcentagem na região nordeste, uma vez que as populações desses locais ainda se encontram vivendo em situações precárias de sobrevivência, sendo esquecidos por todos e em especial pelos governantes desse país, fazendo com que, a educação não chegue a essa

parte da população, tornando impossível uma alfabetização na idade certa e excluindo esses cidadãos da sociedade. Conforme o Documento Curricular do Território Maranhense (DCTMA) que relata sobre os desafios de permanência dos alunos nas escolas:

Um dos grandes e mais importantes desafios que o Maranhão tem a enfrentar é a garantia de condições de acesso e permanência das crianças e jovens na escola. Dar possibilidades para que os historicamente excluídos do processo de ensino possam de fato permanecer no ambiente escolar, diminuindo assim a evasão e possibilitando o desenvolvimento integral desse jovem, tendo a educação como caminho central de seu futuro.

(DCTMA, 2018, p.27)

Além dos desafios apresentados o estado do Maranhão ainda tem um longo caminho a enfrentar em busca de uma educação de qualidade, assim como, universalizar o ensino, ofertar uma formação de qualidade para os professores e oferecer um local digno para os estudantes, que infelizmente ainda se deparam com escolas precárias sem nenhuma estrutura para recebê-los, dificultando ainda mais o processo de ensino aprendizagem.

É difícil compreender que no século XXI em plena era digital, onde as novas tecnologias se disseminam de forma acelerada, e estando cada vez mais presente no espaço escolar e na vida dos alunos das grandes metrópoles, ainda há lugares em que o aluno não tem um espaço adequado para estudar, e assim se encontra várias cidades e municípios localizados no estado do Maranhão, como descreve o documento Movimento Colabora Educação de Janeiro de 2021, que menciona sobre o programa Política Educacional Escola Digna:

Em sua primeira fase de execução, o então Programa tinha como ação principal a substituição de escolas de taipa, barro e madeira por escolas de alvenaria - escolas dignas - mais adequadas ao ambiente de aprendizagem para os estudantes. Acompanhando esta iniciativa de infraestrutura, era também prestada ao município assessoria técnico-pedagógica, com ações formativas para seus educadores a fim de qualificar o processo de ensino-aprendizagem juntamente com a modernização física do prédio escolar. Atualmente, conta com o respaldo normativo da Lei Estadual 10.995/2019 e com a articulação e alcance do Pacto Pela Aprendizagem.

Movimento Colabora Educação (2021, p.11)

Os obstáculos são diversos, mas ainda é possível mudar essa infeliz realidade e garantir o desenvolvimento do estado, promovendo e colocando em prática políticas públicas voltadas para a educação, valorizando e dando condições de trabalho para os professores e direcionando um olhar especial para os educandos e suas necessidades, assegurando a permanência dos mesmos em sala de aula, pois o progresso só virá com a educação e para isso o povo precisa estar alfabetizado, munido de instrução e cultura.

A Política Educacional Escola Digna formulada e implementada pelo Governo do Estado do Maranhão - por meio da Secretaria de Educação do Estado – a partir do ano de 2015, nasce com a promessa de mudanças e é esperado que alcance de fato os objetivos que se propõe e ofereça um espaço digno para todos os estudantes de áreas mais carentes como mostra em anexo.



Fonte: TVj1 - Santo Amaro do Maranhão, a 285 km de São Luís - 23 de dezembro de 2015



Escola Raimundo Paixão, do município de Codó. — Fonte: Reprodução/TV Mirante-10/01/2018

Vivenciar essa desigualdade, apesar de todo avanço tecnológico é, no mínimo, desumano saber que o descaso e a indiferença com uma realidade tão dura é real e principalmente, alimentada pelo próprio poder público traz a existência um sentimento de que algo precisa ser feito urgentemente. A educação não é uma fábula, nem tão pouco, um capricho. É a ferramenta mais importante e transformadora na formação de um cidadão pensante e capaz de atuar efetivamente no contexto social. Tirar esse direito é impedir a possibilidade de um futuro promissor e a construção de uma nação verdadeiramente justa.

A ALFABETIZAÇÃO BUSCANDO DIMINUIR AS DESIGUALDADES

A alfabetização é como uma semente que é lançada à terra, que precisa ser regada para que futuramente possa dar frutos. O livro de DJALMA MARANHÃO “De pé no chão também se aprende a ler.” (1991, p. 76) traz uma grande verdade sobre um povo sem instrução e as consequências para o país. “O analfabetismo é uma das constantes e mesmo uma das características mais marcantes de uma região subdesenvolvida”.

O progresso só acontece quando a educação é colocada como prioridade, e esse é um esforço que deve ser contínuo, combatendo as desigualdades presentes no ensino brasileiro. Para se obter um futuro promissor para todos os cidadãos dessa região e de todo Brasil é necessário investir e lutar por uma educação para todos e de qualidade. Continuando com Maranhão (1991, p.76) que descreve a importância de se investir na educação de um povo para o crescimento econômico e social do país. “As regiões só atingem o desenvolvimento depois de passarem pelo processo de erradicação do analfabetismo. Assim aconteceu com os Estados Unidos, União Soviética, Japão etc.”

Um sistema que falha na educação também condena o indivíduo ao fracasso, e ceifa realizações de sonhos, projetos e objetivos que não serão alcançados por falta de conhecimentos que só a educação pode proporcionar.

Se a criança é tolhida do seu direito ao ensino inevitavelmente estará com sua formação comprometida pois, uma educação básica de qualidade é o alicerce para que este possível aluno tenha êxito no âmbito do processo educacional, logo, a ausência da educação hoje, forma o analfabeto do amanhã.

Tudo começa na primeira infância, é nesse momento que a educação é fundamentada para preparar o aluno no seu desenvolvimento integral, como afirma o documento Plano Estadual pela Primeira Infância (PEPI,2019, p.43)

“As primeiras experiências das crianças, os vínculos que elas criam e seus primeiros aprendizados, afetam significativamente seu posterior desenvolvimento físico, cognitivo, emocional e social”. E se atentando para a educação infantil como início da construção de saberes são necessárias medidas que estimulem a frequência, a participação da família nessa etapa da educação básica que é tão importante na formação do indivíduo. (PEPI,2019) continua a falar sobre a relevância do ensino na primeira infância.

Nessa perspectiva, a Educação Infantil se institui como base inicial do processo de desenvolvimento infantil, que deve garantir um ambiente educativo propício para descobertas, possibilitando à criança construir seu próprio conhecimento e sua identidade, ampliando a percepção de si, do outro e do mundo, onde a infância possa ser vivida em toda a sua plenitude. Ao frequentar uma instituição de Educação Infantil, a criança vai aprender habilidades comunicativas e sociais que serão essenciais para seu futuro.

(PEPI, 2019, p. 43)

Mediante ao exposto fica claro que é imprescindível investir e ofertar uma educação básica de qualidade e incluir igualmente toda sociedade num mesmo propósito, mas isso não sendo possível e havendo falha nessa etapa da educação é indubitavelmente fundamental que os olhares sejam voltados à alfabetização de jovens e adultos para amenizar ou erradicar o analfabetismo nessa região.

Considerando o Plano Estadual de Educação (PEE, 2013, p. 24) no Brasil a deficiência na educação básica, principalmente no Ensino Fundamental resultou numa parcela expressiva de jovens, adultos e idosos que não tiveram acesso ou a oportunidade de finalizar a educação básica obrigatória. Sendo bastante relevante a quantidade de pessoas com mais de 15 anos que fazem parte dessa estatística de analfabetos. Ainda seguindo o mesmo documento (PEE, 2013), onde afirma que o quadro de analfabetismo é ainda pior na área rural do estado Maranhense:

Conforme o Censo Demográfico de 2000, a população maranhense maior de 15 anos era de 3.544.446 pessoas, das quais 1.006.381 (28,4%) eram analfabetas. Verificou-se que no meio rural concentrava-se a maior taxa de analfabetismo, uma vez que 41,3% de sua população de 15 anos ou mais não sabiam ler nem escrever. Esse contingente era parte de uma população 39,0% menor que a população urbana na faixa etária referida, que se apresentava com 20,5% de analfabetismo.

(PEE, 2013, p. 25)

Assim sendo, a universalização dessa modalidade de ensino dentre outras políticas educacionais, pode ser um dos caminhos para solucionar as dificuldades encontradas para alfabetizar esse grupo de pessoas. Atentando também para a formação do docente para esse público e suas especificidades, provendo cursos de capacitação profissional para que os mesmos sejam preparados para receber, auxiliar e oferecer um ensino de excelência, aplicando de forma didática os conteúdos e desenvolvendo as competências e habilidades dos alunos, além de valorizar as experiências vivenciadas pelos mesmos proporcionando aulas atrativas que envolva a atenção dos educandos.

Encaminhando homens e mulheres a trilharem um caminho de possibilidades, sonhos e descobertas valiosas que só é possível para quem detém a informação, e todos devem ter esse direito assegurado mediante a sociedade.

O documento MEC/SEF/FUNDESCOLA, 2000 – O que saber quem alfabetiza, menciona a importância de o saber alfabetizar, da formação de qualidade do professor para atender essa demanda de estudantes, além de criar estratégias para que simultaneamente se faça alfabetização e letramento dos mesmos de forma significativa.

Portanto, além do conhecimento sobre as letras, o professor precisa ensinar a seus alunos, ao mesmo tempo, a linguagem que se usa para escrever os diferentes gêneros. E a forma de ensinar isso é trazendo para dentro da sala de aula a diversidade textual que existe fora. É lendo para eles – em situações em que essa leitura faça sentido – os mais variados textos. Principalmente para os alunos de escolas rurais que, com frequência, não têm quase nenhum contato com textos e leitores. (...)abrindo assim, para nossos alunos, as portas do mundo letrado.

(MEC/SEF/FUNDESCOLA, 2000, p. 08, 09)

A DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO

Universalizar o ensino é desconstruir a ideia de que a educação não é apenas um direito, mas sim, entender que sem ela a sociedade fica refém de administrações falhas, aproveitadores e governos desleais com o verdadeiro sentimento de bem estar do povo. A educação é o caminho que conduz um país há um futuro próspero e proeminente, consolidando assim a ascensão de uma nação forte e soberana. Isso só é possível quando se tem um olhar sério e comprometido com a educação.

O BRASIL é um país com dimensões continentais e sua geografia acentuada e grandiosa carece de ações que se adequem a esses diferentes grupos regionais, essa dicotomia no âmbito do ensino é um fator considerável, uma vez

que a equidade na alfabetização e em todo o processo educacional sofre com uma desigualdade latente de oportunidades e o acesso à educação de um direito constitucional, figura como um mero benefício atendendo uma parte seletiva da sociedade e deixando excluídos muitos cidadãos, sendo visível essa realidade principalmente no nordeste. Atentando-se ao Maranhão como objeto dessa pesquisa é incondicional vislumbrar uma visão ampliada das dificuldades e consequentes desafios, buscando soluções e um conjunto de ações que não só permeiem o Estado como um possível modelo a se seguir, bem como, sirva de incentivo a outras regiões tão necessitadas de uma educação de qualidade, capaz de gerar resultados significativos a sociedade. De acordo com o Documento Curricular do Território Maranhense (2018) fica evidente os desafios a serem enfrentados pelo estado do Maranhão.

Um dos grandes e mais importantes desafios que o Maranhão tem a enfrentar é a garantia de condições de acesso e permanência das crianças e jovens na escola. Dar possibilidades para que os historicamente excluídos do processo de ensino possam de fato permanecer no ambiente escolar, diminuindo assim a evasão e possibilitando o desenvolvimento integral desse jovem, tendo a educação como caminho central de seu futuro.

(DCTMA, 2018, p. 27)

A democratização do ensino é uma forma de incluir socialmente aqueles que tiveram seus direitos básicos negados, e dessa forma integrar esse indivíduo à sociedade, garantindo aos mesmos, condições necessárias para conseguir uma boa qualidade de vida.

É importante destacar que se falando em nordeste precisam ser avaliadas de forma ampla as condições dos estudantes, pois é necessário pensar além da sala de aula e observar o aluno como um todo, sendo ele da educação básica ou principalmente os jovens, adultos e idosos da modalidade EJA.

Deve-se pensar em disponibilizar a educação conhecendo as dificuldades e necessidades desses educandos além do ambiente escolar, levando-se em consideração posição social, estrutura familiar e logística que este aluno dispõe para exercer o seu direito ao ensino. É preciso conhecer o contexto ao qual se encontra cada educando, sua realidade, em que condições vivem, os meios que dispões para acessar a escola, entre outros. Essas são informações relevantes para se obter e traçar metas que minimizem essas adversidades e garanta um resultado satisfatório no final do aprendizado.

A prática democrática do ensino deve ser aliada a programas que assegurem a permanência do indivíduo na escola, favorecendo o crescimento no acesso à informação, criando oportunidades de igualdade além de aumentar consideravelmente as chances do educando um futuro promissor de sucesso. Sendo necessário incluir a todos os cidadãos, independente de classe social, cor, gênero, deficiência ou qualquer que seja sua especificidade, garantindo a laicidade da escola, o respeito e a igualdade de direitos. O documento Plano Estadual de Educação (PEE, 2013) descreve uma dura realidade dos desafios encontrados para garantir a universalização do ensino, a permanência dos estudantes nas escolas assim como a falta de qualificação dos professores.

A dificuldade do governo em garantir a universalização e a democratização da educação pública, motivada por problemas estruturais e históricos da sociedade brasileira, revela a existência de um grande contingente de analfabetos (jovens, adultos e idosos) que foram excluídos da escola, ora por não ter acesso, ora por não ter condições de permanência. Essa dificuldade de permanência pode estar vinculada a inúmeros fatores, tais como: saúde, a existência de uma deficiência (física, visual, auditiva ou intelectual), o turno de funcionamento da EJA, o fato de grande parte do alunado da EJA ser aluno-trabalhador, assim como não haver professores com uma qualificação adequada para esta modalidade de ensino, já que as características deste público são bastante específicas. Democratizar o ensino implica, acima de tudo, garantir a todos os jovens, adultos e idosos que não tiveram acesso à escola, sejam mulheres, indígenas, afrodescendentes, de outras etnias ou pessoas com deficiência, uma oportunidade de domínio do saber socialmente produzido. Este é um direito assegurado a todos e cabe ao Estado provê-lo, através de sua política educacional. (PEE, 2013, p. 24)

Apesar de parecer difícil mudar a realidade de um povo que se encontra a margem da sociedade, é importante acreditar que é possível mudar essa estatística incumbindo cada um com suas devidas responsabilidades.

Cabe ao Estado ofertar educação de qualidade e criar políticas públicas educacionais para permanência dos estudantes em sala de aula, a família precisa ser integrada no processo educacional e os alunos por sua vez devem ser estimulados de forma a garantir seu pleno desenvolvimento no processo ensino aprendizagem.

POLÍTICAS PÚBLICAS, AÇÕES E INVESTIMENTOS

O prognóstico da alfabetização e do modelo educacional que seja realmente realístico na capacitação de resultados no Maranhão passa por uma mudança de postura e comportamento por parte tanto do poder público quanto da própria sociedade que em parte, é subjugada por desconhecer seus direitos. Num primeiro passo, é entendível que aspectos concomitantes de ações e medidas sejam efetivas e resgatem o sentimento anímico de doação a educação, com a certeza de que frutos serão gerados e o impacto disso no contexto social é intrinsecamente dependente das proposituras e ações dos órgãos responsáveis por gerir a educação no âmbito do estado. Essas ações carecem de uma visão inclusiva e generalizada a fim de se propor uma universalização da educação, amparando o público-alvo e trazendo a compreensão de que uma escola verdadeiramente democrática é uma realidade de equidade e conquista no oferecimento de um ensino de qualidade, gerando mais oportunidades e se refletindo exponencialmente numa sociedade capaz de lutar por uma qualidade de vida mais justa tanto no contexto profissional como pessoal. Reiterando esse entendimento, como descrito no documento (DCTM, 2018, p. 28) A educação no estado do Maranhão deve se ater a inclusão além da interpretação de pessoas com deficiência e sim, possibilitar o acesso à escola de forma ampla, contemplando os historicamente excluídos do processo de ensino com um currículo capaz de atender a diversidade social, cultural e étnico-racial em todo o território maranhense, condicionando a esses grupos direitos e garantias de acesso e permanência a escola e consequente inserção no processo formador.

Existem aspectos relevantes a serem considerados diante das inúmeras dificuldades apresentadas pelo estado no tocante ao oferecimento da educação de forma a suprir as necessidades que sobrevêm a estes grupos, entretanto, não se constrói uma sociedade adversa ao analfabetismo e deficiente na formação do indivíduo com inércia. A mudança parte de um conjunto que envolve vontade e atitude, só assim é possível uma reversão do quadro atual. Educar e profissionalizar o indivíduo se assemelha a zelar por uma dignidade expoente nas relações sociais, visto que, a industrialização e a inserção de novas tecnologias no cotidiano se apresentam como um fator irremediável e atrelado as metodologias pedagógicas contemporâneas, é inadmissível fechar os olhos a essa nova realidade na educação.

Uma postura de combate ao analfabetismo incide em resultados que farão a diferença quando confrontados com o cenário atual, onde a descaracterização de um ensino deficiente e galgado na desigualdade passar a ser um modelo a se seguir como exemplo na transformação de realidades. O que é, a essência da educação! Portanto, o que se almeja diante da inópia dos excluídos é dizimar a indiferença do poder público e ativar os mecanismos possíveis para que o saber seja direcionado a todo aquele que se propuser a recebê-lo. Deste modo, aqueles que detêm a máquina pública são responsáveis por suprir essa demanda.

Em nível de exemplo é possível citar a campanha realizada em Natal-Rio Grande do Norte, “De Pé no Chão Também se Aprende a Ler” realizada pelo então prefeito daquela cidade Djalma Maranhão e do secretário de educação Moacyr de Góes no ano de 1961, levando uma educação popular e inclusiva para crianças, jovens e adultos que não tiveram a oportunidade de se alfabetizarem na idade certa. Testificando que quando se há vontade de fazer é possível alcançar os objetivos. Tal campanha teve seus desafios que foram enfrentados com determinação e empenho por partes dos administradores, DJALMA MARANHÃO (1991) relata um pouco como foi a realização dessa campanha e sua importância.

A campanha “De Pé no Chão Também se Aprende a Ler”, foi uma experiência de educação de massas. Com a responsabilidade e com a humildade que cabe aos administradores e aos educadores, assim vemos a revolução que foi levada a efeito em Natal, no campo da educação popular. Pé no Chão foi um plano pioneiro de combate ao analfabetismo, atingindo as áreas mais pobres e desassistidas da cidade de Natal. Suas “escolinhas” e seus “acampamentos escolares” ensinaram, principalmente, as técnicas de ler, escrever e contar.

Maranhão (1991, p.76,77)

A campanha deu muito certo, atendendo aquilo que lhe fora proposto, e com o passar do tempo a ideia foi crescendo e sofrendo melhorias, ainda que as dificuldades se fizessem presentes os idealizadores não se curvaram mediante aos desafios diários, e a campanha foi tomando uma grande proporção atingindo fases, até surgir outra campanha que completaria, beneficiaria e colocaria no mercado de trabalho o alunado desse projeto. Além de alfabetizados esse público sairia com uma profissão a seguir, sonhos a realizar e a oportunidade de mudança de vida.

Complementando a Campanha De Pé no Chão Também se Aprende a Ler, surgiu uma outra Campanha: De Pé no Chão Também se Aprende uma Profissão. Destinava-se a dar ao jovem e ao homem alfabetizado, através de Cursos de Aprendizes, os instrumentos profissionais para um Nordeste que vai amanhecendo para a sua industrialização.

Maranhão (1991, p.110)

Complementando MARANHÃO (1991, p.168) existe o seguinte pensamento no documento “De Pé no Chão Também se Aprende a ler” é uma experiência válida para as áreas do mundo subdesenvolvido.” que pode ser comprovado ao mundo que é possível erradicar o analfabetismo quando seus administradores de fato têm esse desejo, não medindo esforços para colocar em prática um projeto que mudaria a vida de um povo.

Se por um lado das periferias de Natal Djalma Maranhão ampliava sua campanha, por outro lado na cidade de Angicos também no Rio Grande do Norte Paulo Freire do mesmo modo alfabetizava jovens e adultos, o que ficou conhecido como “As 40 horas em Angicos”. Usando em sua metodologia o cotidiano daquela gente, Freire difundiu a alfabetização baseando-se nas palavras presentes no linguajar do povo, bem como, nas experiências vivenciadas pelos cidadãos envolvidos no processo de aprendizagem por ele ali implantado. Por pura coincidência ou força maior, Djalma e Freire se encontraram, ainda que indiretamente, partilhando o mesmo desejo, que era levar o ensino aos excluídos.

A ideia freiriana se apresentava além do simples fato de alfabetizar, na medida em que o cidadão inserido no entendimento de que o saber é uma conquista, gerava o sentimento de reflexão e questionamentos. Numa proposta pioneira e desencadeando em voluntários o desejo de levar a educação aquela população, aproximadamente 300 pessoas foram alcançadas nesse propósito, demonstrando que é possível sim, através da educação modificar cenários tão negativos e proporcionar a união de saberes, tanto o natural do indivíduo, como o proposto pelo método pedagógico desenvolvido. Com o intento de em 40 horas proporcionar aos incluídos em seu projeto uma metamorfose em suas realidades, dando-lhes a oportunidade de ponderar e expressar suas indignações ou expor suas ideias, demonstrou que vontade e atitude são capazes de produzir resultados surpreendentes.

No livro “AS 40 HORAS EM ANGICOS: Uma experiência pioneira de educação” de autoria de CARLOS LYRA (1996) vem detalhando como foi essa experiência liderada por Paulo Freire que apesar de ter sido breve foi muito significativa para aquela população.

Convocamos voluntários e eles se apresentaram: estudantes universitários e secundaristas, que se dispuseram a testar um novo método de alfabetização de adultos. Organizamos a chamada “Experiência de Angicos”. Hoje encerramos essa experiência pioneira, com resultados que devem despertar a atenção de todo Brasil: aproveitamento de 70%. Agora não é mais possível ficar indiferente ao problema do analfabeto, acomodado com a dificuldade que antes representava a solução do problema. Hoje nós provamos que é possível alfabetizar um homem em apenas 40 horas de aula. O método que nos empregamos, em caráter experimental, também está em fase de experiência. Seu autor é o professor Paulo Freire, da Universidade de Recife.

LYRA (1996, p. 153)

Estes são dois grandes exemplos vetustos de políticas públicas educacionais que deram certo, desprovidos das novas tecnologias atuais, com todas as limitações e escassez de recursos, ainda assim, foram idealizadas, implementada se colocadas em prática naquela localidade e que sofria tanto quanto o território maranhense com o analfabetismo, com atitudes e perseverança dos seus governantes provaram que sim, é possível, baseado em ações e investimentos se colher resultados positivos na educação.

Se naquela época diante de todas as mazelas existentes o sistema conseguiu obter sucesso, hoje, com todo o avanço tecnológico, logístico e qualificação humana mais abrangente é factível o alcance de resultados extraordinários, como aconteceram com Freire e Djalma maranhão.

Apesar de ainda sofrerem o ranço do preconceito e serem estereotipados com insinuações análogas a gnose de configurarem uma sub-raça, esse povo guerreiro e destemido, onde os fatos dizem por si só, sobrepõem-se as dificuldades e deixam um legado de infindáveis conquistas.

Enfrentando todas as adversidades, o nordestino mostra que suas habilidades, culturas e tradições não só contribuem na formação da identidade do que conhecemos como nação, tal como essa riqueza de pluralidades deixa explícito que desistir não é uma opção para esse povo. Portanto, para se abraçar oportunidades é preciso que se disponha de capacitação e competências que somente o acesso ao ensino pode conceber e esse fator determinante na formação do indivíduo é prerrogativa dos órgãos competentes e das autoridades responsáveis por prover os investimentos, instituir ações e fomentar as políticas públicas necessárias ao enfrentamento do analfabetismo e disseminação do ensino.

Devido às incumbências envolvidas isso requer um esforço hercúleo e imediatista para que o desenlace das expectativas com essas medidas almeje o objetivo aventado. Essa junção de atitudes se caracteriza na ferramenta mais expoente e propícia para que o ensino seja oferecido de maneira eficaz. Permitir o acesso à educação é construir pilares de um futuro promissor.

CONCLUSÃO

No desenvolvimento dessa pesquisa foi observado que historicamente a deficiência no oferecimento da educação no estado do Maranhão é uma realidade.

Sustentada em dados oficiais e fontes documentais de órgãos públicos e bibliográficos, a proposta do presente trabalho foi a de apurar as causas e origem desse cenário negativo e intentar ações e medidas com o intuito de se combater o analfabetismo no Estado do Maranhão. O tema elencado não só busca apresentar um caminho para o afrontamento ao analfabetismo, bem como, propõe uma dinâmica nas ações, servindo o Maranhão como modelo, conforme mostra o tema da presente pesquisa: “MARANHÃO: UM PEDACINHO DO NORDESTE SOFRENDO COM O ANALFABETISMO: COMO MUDAR ESSE QUADRO?”

Ao questionar o que pode ser feito e quais resultados podem ser esperados com as medidas a serem tomadas no Estado do Maranhão quanto ao aumento no índice da alfabetização, essa pesquisa mostra que a medida mais propícia e eficaz está na disponibilidade de investimentos e políticas públicas convincentes para o desenvolvimento de atividades que leve à libertação das desigualdades sociais, oferecendo o acesso a uma educação de qualidade. Tendo em vista o exposto, através de incentivos e atitudes efetivas é possível enxergar além das dificuldades e se chegar a resultados práticos e eficientes que traduzam uma resposta efetiva a esses problemas.

Servindo como norteadoras a estudos futuros, as informações apuradas nessa pesquisa demonstram que essa realidade está ancorada nas diversidades geográficas, socioeconômicas e culturais e, apesar de já se apresentarem medidas nesse sentido, se mostram morosas e insuficientes para enfrentar a demanda urgente que a população necessita. Há necessidade do entendimento reflexivo-crítico quanto ao alto índice de analfabetismo no Estado do Maranhão com reforços de ações voltadas às políticas públicas educacionais necessárias para que a Educação Básica possa apresentar melhor qualidade e suprir a paupériedade desse público. A máquina administrativa com essas implementações tende a melhor qualificação profissional, melhoria na economia do Estado do Maranhão e ampliação do acesso ao ensino qualitativo.

Um caminho possível demonstrado no decorrer da presente pesquisa é se apossar da ideia freiriana e buscar um modelo educacional baseado nas raízes do povo e troca de saberes, assim, direcionando ações que espelhem a realidade e adversidades dessa população.

É necessário que profissionais da Educação, especialmente os que fazem parte do Estado do Maranhão, assim como nos demais Estados nordestinos, estejam atentos à realização de pesquisas e estudos e à produção de Artigos Acadêmicos que se ancorem em uma reflexão determinada à construção de caminhos que viabilizem o aumento no índice de alfabetizados nesse Estado com metodologias construtivas, incentivadoras e de fácil acesso às áreas rurais.

Há muito a se falar sobre a região nordeste e nela, em especial, o Estado do Maranhão, sendo assim, é interessante despertar em outros graduandos/graduados que têm o olhar pesquisa dor voltado aos temas sobre o ensino nas áreas rurais, metodologias utilizadas para alfabetização e formação docente; que se debrucem sobre os resultados na alfabetização no Estado do Maranhão sob o foco de melhorias e materializações de ações, medidas e atitudes possíveis ao combate efetivo do analfabetismo no Maranhão que apresentem melhores resultados não só na esfera da educação maranhense estadual e municipal, mas em todo o âmbito social do ensino brasileiro, pois como o Estado do Maranhão outros Estados também sofrem com o analfabetismo, sobretudo nas zonas rurais.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em 13 abr. 2022
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC/SEB. 2017. Disponível <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>>. Acesso em: 14 de abril. 2022
- BRASIL-IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Extensão territorial e população – Censo 2017**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/panorama> Acesso em: 15 abr. 2022
- BRASIL-MEC/SEF/FUDESCOLA. **Relatório de Gestão do exercício de 2000**. Brasília, DF: Ministro da Educação, [2000]. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/sef00.pdf> Acesso em 15 abr. 2022
- CAMARÃO, Felipe Costa; SOUSA, Antônio Magno Melo de. **Documento Curricular do território maranhense**. Rio de Janeiro: Fgv Editora, 2018. p.482
- COSTA, Flávio Dino de Castro; CAMARÃO, Felipe Costa; SILVA, Danilo Moreira da; DUTRA, Nádyia Christina Guimarães. **Relatório do 1º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Estadual de Educação 2014-2017**. São Luís: Secretaria de Estado da Educação, 2018. p.108
- FILHO, Rolim. **Maranhão: de províncias mais rica a estado mais miserável: afinal, o que deu errado? o que o Brasil pode aprender com isso?**. Brasília: Createspace Independent Publishing Platform, 2017. p.171
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996. p.54
- FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. Tradução de Moacir Gadotti e Lilian Lopes Martin. 12 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. p.46
- LYRA, Carlos. **As quarenta horas de Angicos: uma educação pioneira de educação**. São Paulo: Cortez Editora, 1996. p.197
- MARANHÃO, Djalma. **De pé no chão também se aprende a ler: a escola brasileira com dinheiro brasileiro, uma experiência válida para o mundo subdesenvolvido**. Natal: Editora Civilização Brasileira S.A., 1961. p.129 - Estudo realizado no exílio no Uruguai.
- MARQUES, Fernanda Castro et al. **Sistematização da política colaborativa do Maranhão: Movimento Colabora Educação**. São Luís: Movimento Colabora Educação, 2021
- NUNES, Ana Lúcia et al. **Plano estadual pela primeira infância do Maranhão: processos, princípios e diretrizes**. São Luís: Governo do Estado do Maranhão, 2019.
- SEDUC (Maranhão). Fórum Estadual de Educação do Maranhão. **Plano Estadual de Educação: versão preliminar**. São Luís, 2013. 84 p.